

Percepção e análise sobre a relação de gênero e políticas públicas para as populações do campo no Vale do Mucuri

Núbia V. Cardoso

*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, Campus Diamantina- MG,
nubiavcardoso@hotmail.com*

Resumo

A cultura do patriarcado não se reduz aos papéis direcionados ao homem e a mulher dentro do seio da família ou da comunidade, ela também influencia as políticas públicas lançadas pelo Estado. O presente artigo é baseado na vivência de campo durante a primeira fase da atualização e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS do Vale do Mucuri, localizado na região Noroeste de MG. Baseia-se também nos depoimentos das mulheres e nas reflexões realizadas entre o grupo temático e todo o grupo pesquisador, participante do processo. Dentre os principais problemas identificados que atingem as trabalhadoras rurais do Vale do Mucuri, chamou atenção a formulação de políticas públicas que não reconhecem a necessidade de promoção da igualdade de gênero. Além disso, a acentuada migração sazonal dos homens, o fenômeno de pecuarização da agricultura e a desvalorização cultural do campo tornam-se impasses à emancipação dessas trabalhadoras e a sua participação enquanto ser social na esfera pública da sociedade. Portanto, é necessária uma reflexão com todas e todos os agentes dispostos a promover a igualdade de gênero para que se construam novas caminhadas.

Palavras-chave: Gênero; Políticas públicas; Vale do Mucuri.

1 A construção social da mulher e do homem

Relações de gênero são aquelas em que os papéis de homens e mulheres estão definidos conforme as peculiaridades do contexto social, etnia, religião e o tempo ou a geração. Têm como pano de fundo a formação histórica das sociedades. O termo gênero foi uma designação criada por um grupo de estudiosas anglo-saxãs no início da década de 70, pretendia-se com ele defender o argumento de que os papéis de homens e mulheres na sociedade não são uma determinação biológica, e sim resultado de uma construção social (MEYER, 2003, p.14). É comum ouvirmos: “mulher é sexo frágil”, “o homem não chora”. Frases como essas demonstram como “o que é ser homem” e “o que é ser mulher” estão bem definidos. A compreensão desses estereótipos, na maioria das vezes passa por uma análise simplista de que nascemos assim e, portanto a realidade é estática. Logo, à medida que se torna claro que a relação entre homens e mulheres é eminentemente cultural, ela torna-se passível de mudança. O que implica na necessidade de uma reavaliação das intervenções sociais e políticas existentes.

O poder patriarcal é uma construção história que antecede o capitalismo. Segundo a ideologia desse poder a mulher é subordinada ao homem, sendo ela a “cuidadora” e o homem o provedor. Dessa forma há uma delimitação das possibilidades de caminhos diferentes ao que já foi pré-determinado às mulheres. Tendo a mulher a função “natural” de esposa e mãe, mesmo que ela opte por uma carreira, esta última será sempre secundária à sua sina primordial. Essa inferioridade, com a qual a mulher foi estigmatizada, durante os séculos,

dificultou-lhe o acesso a condições de vida mais digna, assim como sua luta pela reversão desse quadro (SOARES, 2008).

À mulher, é historicamente direcionado o trabalho reprodutivo, tal esfera é caracterizada como privada e na concepção patriarcal o que é privado é espontaneamente despolitizado. A noção de esfera pública dissociada da de esfera privada separa e opõe o mundo da cultura e da política, tido como masculino, daquele considerado natural, portanto, feminino, doméstico e despolitizado. As práticas de proteção primária, em grande parte a cargo das mulheres, tornadas naturais no âmbito das famílias e grupos de convívio, ficam ocultas (COSTA, 2002). O trabalho doméstico é então politicamente invisível e sua naturalização contribui para reforçar a aparente imutabilidade das relações de gênero no cotidiano. Além disso, a restrição dos acontecimentos políticos e culturais torna-se para a mulher, mais um fator de impasse a tomada de consciência, inclusive de si mesma.

A cultura do patriarcado não se reduz aos papéis cotidianos direcionados ao homem e a mulher, ela também influencia o sistema de governança de um Estado. As políticas públicas não estão isentas das concepções ideológicas de uma determinada economia e organização social. Diante disso, o capitalismo aliado ao patriarcado podem legitimar-se também, através das políticas sociais que direcionam a classe trabalhadora.

2 Metodologia

O Território Rural do Vale do Mucuri surge em 2003 com a proposta de ser um espaço de reflexão a respeito das políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável, no que era possível a deliberação, gestão e monitoramento das ações. A partir de 2007, o Território é incluído no Programa Territórios da Cidadania. No ano de 2005 foi realizado o primeiro Diagnóstico da agricultura familiar do Vale do Mucuri a fim de se conhecer as realidades e a partir disso, orientar a criação de políticas públicas e avaliar as já existentes (ARMICOPA, 2005). No primeiro semestre de 2010 ocorreu a primeira fase de atualização e qualificação do Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS. Foi realizado o diagnóstico da agricultura familiar do Vale do Mucuri, com aplicação de questionários e mapeamento de todas as comunidades rurais. O grupo pesquisador tendo passado por processo de formação, ocorrido durante a primeira semana de trabalho, foi dividido em Grupos Temáticos – GTs. Os GTs basearam-se em temas, cuja relevância estava imbricada nas peculiaridades do território rural do Mucuri. Cada integrante de um determinado GT foi direcionado para o trabalho de campo em uma das seguintes microrregiões, Norte, Sul, Noroeste, Oeste e Leste, formando assim equipes com olhares diversificados. Tendo como ferramentas entrevistas com lideranças e principalmente o que se chamou de “escuta sensível”, as pesquisadoras e pesquisadores foram se entregando ao intenso processo de aprendizagem e dessa forma tecendo as informações junto às agricultoras e agricultores.

O presente artigo é baseado na vivência no campo durante a primeira fase da atualização e qualificação do PTDRS, nos depoimentos das mulheres e nas reflexões realizadas entre o grupo temático e todo o grupo pesquisador.

2.1 Contextualização da área de estudo, Vale do Mucuri

O Vale do Mucuri está situado no Nordeste de Minas Gerais e faz divisa com os estados do Espírito Santo e da Bahia. No processo de colonização, a região Nordeste que compreende os Vales do Jequitinhonha e Mucuri passou por esse processo tardiamente, quando comparada a outras regiões do estado. Dessa forma, a população indígena foi poupada por um tempo maior do extermínio, conforme era comum de tal modelo colonizador. Esse fato resultou não só na sobrevivência cultural de etnias, como os Maxakali, mas também no número considerável de

sistemas familiares de caráter camponês. A **figura 1** traz o mapa das comunidades rurais do Vale do Mucuri, por ele pode-se perceber as microrregiões onde mais se concentra a agricultura familiar e em contrapartida, percebe-se as microrregiões onde há maior presença do latifúndio e, portanto é mais escassa a presença camponesa.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI- MG

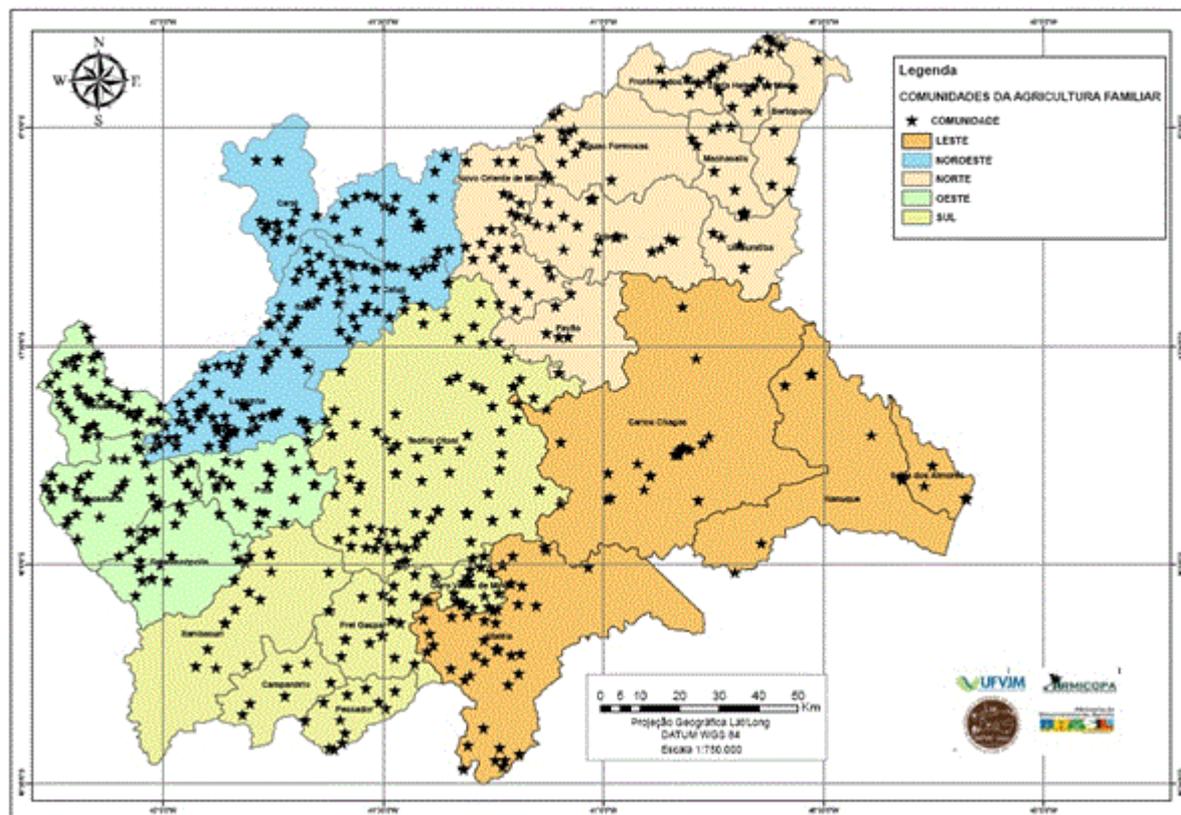


Figura 1. Mapa da Agricultura Familiar do Vale do Mucuri. Fonte: GEPAF/UFVJM, ARMICOPA, 2010.

Dotada de grande riqueza e heterogeneidade sócio-cultural e ecológica, a agricultura familiar da região é constituída por cerca de 25 mil famílias distribuídas em 506 localidades (ARMICOPA, 2005). As comunidades agricultoras refletem características singulares, fortemente alicerçadas em raízes indígenas e quilombolas. A maioria dos sistemas familiares de produção ainda resistem ao modelo de “desenvolvimento” pautado na utilização de insumos agrícolas externos e monoculturas, sendo notável intensa diversificação produtiva para auto-consumo e comercialização em pequenas feiras locais.

3 Relato de experiência

Durante o período de estágio no Vale do Mucuri em que percorremos comunidades de agricultura familiar tentei diagnosticar as relações de gênero no território e como as políticas públicas vinham influenciando essas relações. Muitas vezes quando chegávamos a algumas casas observei que se estivesse em companhia de algum companheiro de trabalho, a mulher logo se dirigia para a cozinha e de lá me chamava para lhe fazer companhia. E baixinho algumas delas diziam: “Aqui podemos ficar mais a vontade”. Acontecia também do homem fazer um gesto de cabeça para a esposa, em que ela logo me chamava para um café na cozinha. E foi exatamente nesses momentos, onde podíamos conversar e nos entender, elas sempre curiosas do que eu estava fazendo por aquelas bandas. O café vinha acompanhado de uma boa quitanda, de queijo e requeijão e é claro daquela boa prosa carregada de confiança e

sinceridade. Elas sempre me contavam de suas inúmeras atividades e orgulhosas muitas diziam: “Aqui eu faço de tudo, desde cozinhar, costurar e lavar até o trabalho da roça”.

Percorremos a região Noroeste que compreende os municípios de Ladainha, Itaipé, Catuji e Carai. Por lá encontramos muitos projetos financiados pelo Programa de Combate a Pobreza Rural - PCPR relacionados ao beneficiamento de café. Já no município de Ataléia, localizado na região Leste nos chamou atenção a predominância de tanques de refrigeração de leite financiados pelo crédito do PCPR. Além disso, muitas das famílias que entrevistamos naquela região relataram que fizeram uso do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf para a compra de gado de leite. Fazendo uma análise sobre a influência desses projetos na produção local um agricultor da região Noroeste disse-me: “Hoje em dia como tem essa máquina que beneficia café, as pessoas aqui só plantam café, aí quando vamos vender na cidade o preço do café é baixo por causa da oferta que é grande”.

Políticas que influenciam apenas uma determinada cultura podem limitar a diversidade produtiva e comprometer a seguridade de comercialização da família. Dessa forma esse modelo de política embasado numa concepção de mercado em que a produção deve restringir-se a monoatividade, de acordo com a divisão do trabalho na agricultura também compromete a autonomia na execução dos papéis de homens e mulheres. Por exemplo, na região Leste em que maior parte das famílias que comercializam optou pela produção do leite, os homens são responsáveis pelo processo em quase sua totalidade, enquanto as mulheres se encontram cada vez mais restritas aos afazeres domésticos. O mesmo observou-se nas regiões onde o café era prioridade. Em alguns casos encontramos mulheres que cultivam hortas ou criam galinhas, no entanto esse trabalho também estava relacionado ao doméstico, e mesmo quando se vendia a hortalça, a galinha ou os ovos na feira da cidade esse dinheiro era usado para comprar outros mantimentos não produzidos na roça. Ou seja, o que a mulher produz ou gera de renda deve ser direcionado para a família com base no seu papel de “cuidadora” da alimentação.

O Pronaf mulher e Pronaf jovem ainda são pouco conhecidos nesta região, quando questionávamos a respeito do acesso ao programa, foi comum o seu desconhecimento por parte das (os) entrevistadas (os). Ainda em 2003, o Presidente da república num discurso na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres relacionava o baixo acesso ao Pronaf mulher da seguinte forma:

[...]Porque a gente não orientou corretamente a família de como proceder para que tanto o homem quanto a mulher, ou o filho de 18 anos, pudessem ter acesso ao financiamento do Pronaf. (Luiz Inácio Lula da Silva. BRASIL, 2004)

Ao que se vê o erro da baixa divulgação desse programa entre mulheres e jovens não foi eficientemente corrigido. Além disso, o crédito voltado para jovens e mulheres por si só são incapazes de conceder a autonomia desses agentes dentro da família e da comunidade. Muitas das vezes, pela sobrecarga dos afazeres domésticos e de cuidados, a mulher encontra-se alheia a dinamicidade da produção agrícola, o que dificulta o exercício de sua autonomia em relação a investimentos no sistema familiar de produção. Esse fato contribui para que o homem na sua postura de chefe seja responsável pelos investimentos.

O programa de crédito específico por categoria social, mulher e jovem, é de suma importância tanto para a autonomia e para a permanência no campo, no entanto só tende a cumprir com tais expectativas se houver um processo de formação e preparação para o acesso, o uso e o posterior monitoramento. Fazendo-se necessário o diálogo, a formação conjunta que de fato contribuam para o processo emancipatório das mulheres, para que assim estas ações tornem-se efetivas e de caráter transformador.

Dentro da complexidade das relações de gênero no Mucuri, há ainda a problemática do processo migratório, bastante presente, inclusive na cultura local. Fato marcante foi quando

chegamos ao município de Itaipé, em que aproximadamente 300 homens partiam para o Mato Grosso destinados ao trabalho no corte de cana. Outras regiões são também destino das migrações, como o litoral norte de São Paulo, para onde muitos migram no período de verão em busca de trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, para o litoral de Santa Catarina, aonde geralmente os homens vão em busca de trabalho na área pesqueira, dentre outras regiões do país. A migração não se resume aos homens, no entanto é mais comum que os homens casados migrem enquanto as esposas continuam na zona rural cuidando dos filhos. Assim, o homem envia parte do que recebe para a família. O seguinte relato explicita bem essa relação:

É assim. A terra, quando é fraca, a gente tem que sair, ir para São Paulo. Lá a gente trabalha no que é dos outros. Aí, a gente tem o dinheiro. Com o dinheiro que vem da nossa força, a gente manda para a família. Aí, este dinheiro dá a força para a família porque ela pode comprar o alimento. Aí, a mulher fica com a força para poder trabalhar e cuidar da terra, para poder plantar. Por que se não for assim, a mulher não planta, e, aí, a gente não tem colheita. (Agricultor, Vale do Jequitinhonha. SILVA, 2001)

Diante dessa situação é preocupante o direcionamento das políticas públicas, já que tendo o homem migrado é a mulher a responsável pela casa, pela continuidade da roça e de certa forma a sua permanência contribui para a resistência da agricultura familiar nessas regiões de migração em massa. Considerando, portanto que as políticas públicas em sua maior parte são embasadas em uma ótica dos homens como público alvo e dessa forma não se reconhece a necessidade de políticas diferenciadas para as mulheres. O fato da mulher permanecer está ligado à sua função de cuidadora da família e da casa, já que “casa” ou a roça é para esses agricultores e agricultoras o lugar de morada, e migrar significa a garantia de permanecer nesse universo. Assim, o homem cumpre o papel de migrar, de ir buscar recursos conforme sua função de provedor.

Outro fator que deve ser considerado quando se remete às trabalhadoras rurais do Vale do Mucuri é o fenômeno da pecuarização da agricultura. O território rural do Vale do Mucuri tem sofrido uma evasão massiva, sobretudo de jovens. O que permite avaliar que a mão-de-obra vem decrescendo o que implica na não execução de atividades agrícolas que exigem uma maior complexidade de trabalho. Diante disso, a pecuária tem sido a alternativa de atividade econômica mais comum, pela sua menor exigência de mão-de-obra e impulsionada também por programa de crédito, o Pronaf. Se a pecuária exige menos mão-de-obra, a mulher é então a primeira a ser excluída do processo de trabalho que ali é exigido, voltando-se integralmente para o trabalho doméstico e, portanto tornando-se ainda mais distante da dinamicidade econômica do sistema familiar de produção. Distante da área considerada produtiva e assim politizada, a mulher pode estar sendo também, distanciada de sua emancipação.

A pecuarização da agricultura ou qualquer outro modelo de produção agrícola que exclui a participação da mulher ativamente e que dessa forma inviabiliza sua realização enquanto ser social, assim como de outros membros da família, devem sim ser reconhecidos como impróprios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de seus agentes.

4 Desafios e perspectivas para a emancipação das trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Vale do Mucuri

Há na sociedade capitalista uma supervalorização do modelo urbano-industrial. Este fato gera na maioria das pessoas, tanto da cidade quanto do campo uma concepção de que o “desenvolvimento” está nas cidades e o campo é alheio às beneficências do dinamismo social

globalizado. Portanto, é de extrema importância que o processo emancipatório das mulheres do campo seja pensando também na desconstrução de tais valores.

O seguinte depoimento de uma agricultora do Vale do Mucuri demonstra essa dualidade:

A vida na roça é difícil, as mães incentivam os filhos a estudarem para ter melhores condições de vida, mas ensinam também o trabalho do campo que é importante para manter o vínculo com a terra e com os alimentos. A mulher do campo é um exemplo de valorização do que vem da terra. (Agricultora, Vale do Mucuri. ARMICOPA, 2009)

Ou seja, o fato de estudar está ligado ao aprendizado da cidade e a possibilidade de “ascensão social”, enquanto que o ensinamento das coisas do campo corresponde a uma ligação com a terra que vem antes de qualquer outro valor adquirido.

Políticas públicas para mulheres do campo devem ser baseadas na emancipação e contribuição para sua autonomia de agricultora e antes disso de mulher que tem anseios e sonhos. E a partir disso as trabalhadoras rurais são livres para decidir sobre sua permanência ou não no campo.

Portanto, valorizar o campo e torná-lo local onde se efetua essas ações, é imprescindível para sua valorização e desenvolvimento.

As ações voltadas para as trabalhadoras devem ser conjuntas, dando uma, suporte para outras. Dessa forma compreende-se que tais ações devem assumir um caráter complexo de acordo com o que exige a tomada de consciência de cada ser.

O que se pôde constatar é que as políticas públicas para trabalhadoras rurais em curso não vêm assumindo as características de uma ação conjunta. Por exemplo, notou-se que o Pronaf mulher não vem se articulando com outras ações, seja de políticas públicas ou de ações intermediadas por Sindicatos, Organizações Não Governamentais - ONGs, dentre outras entidades que cumprem com tal papel.

As infra-estruturas e agroindústrias financiadas pelo Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR observadas nas comunidades rurais do Mucuri, não têm sido pensadas diferenciadamente, a fim de uma maior inserção das mulheres.

Com vistas em um desenvolvimento sustentável para o território rural do Vale do Mucuri e inerente a isso a promoção da igualdade de gênero, faz-se necessária a reflexão conjunta, envolvendo todos os agentes das ações e políticas públicas.

Um desenvolvimento que vise à sustentabilidade deve voltar-se principalmente, para a emancipação dos agentes envolvidos e para a conseqüente construção de agroecossistemas cuja essência seja de harmonia e respeito entre gentes, e entre gentes e natureza.

Para contribuir com a caminhada rumo à sustentabilidade no território do Mucuri, é necessário a adoção de princípios agroecológicos em toda a sua abrangência. Seja nas técnicas de plantio, na organização local e na abordagem das políticas públicas.

A abordagem agroecológica parte do pressuposto que ninguém é desprovido de conhecimentos e que este é construído no processo dialético entre sociedade e ambiente, sujeitos e ecossistemas locais. Desta forma, a dinâmica dos momentos de aprendizagem dar-se pela partilha de saberes, sempre respeitando as diversas culturas e percepções de mundo associadas. Para efetivar a participação lança-se mão de ferramentas que deixem educandos/as e educadores/as a vontade para expressar-se espontaneamente e assim desenvolverem juntos/as alternativas para determinada situação-problema. (MOREIRA, 2010).

Portanto, a Agroecologia, seguindo sua abordagem emancipatória, através de ferramentas da Educação Popular e de um modelo de produção, cujas práticas valorizam os saberes e as

potencialidades do agroecossistema local tendem a contribuir para a promoção de igualdade de gênero e para o “despertar” humano e político das tantas trabalhadoras que se encontram na condição de oprimidas.

5 Referências Bibliográficas

ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores. Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar do Território do Vale do Mucuri - MG. Teófilo Otoni, s.n.p, 2005.

ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos agricultores. Relatório técnico. Seminário: Proteção dos Recursos Hídricos no Contexto da Agricultura Familiar do Território Mucuri, MG. Teófilo Otoni, MG: *Mimeo* 2009.

GEPAF – Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos agricultores. Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Vale do Mucuri. Relatório técnico preliminar. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Anais da I Conferência Nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 164 p. (Série Documentos) 1.

COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista de Estudos Feministas*. Vol.10 no.2 Florianópolis July/Dec. 2002.

MEYER, D. E. (2003). Gênero e Educação: teoria e política. In Louro, Guacira Lopes; Neckel, Jane; Goellner, Silvana (Eds.). *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MOREIRA, G. D. L. B. O que é (ou está sendo) a agroecologia: Reflexões e considerações a partir do acúmulo do grupo Aranã de Agroecologia . Texto para discussão apresentado no Grupo Aranã de Agroecologia. Diamantina, 3 de maio de 2010. UFVJM. p. 1-3.

SILVA, M. A. M. A terra no imaginário dos migrantes temporários. *Revista História Oral*, N. 4, junho de 2001, p. 103-120.

SOARES, G. F. Associação movimento colméia: um espaço para o resgate da cidadania das mulheres. *Athenea Digital* - núm. 14: 291-297, 2008.